

A NOÇÃO DO CUIDADO DE SI: VIVÊNCIAS COMPARTILHADAS ENTRE MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR

Karinny Lima de Oliveira
Eugênia de Paula Benício Cordeiro

Universidade Federal de Pernambuco
karinny_o@yahoo.com

Instituto Federal de Pernambuco-Campus Recife
epaulabenicio@gmail.com

Resumo: O Centro de Referência da Mulher Maria Bonita de Caruaru é um espaço de acolhimento às mulheres vítimas da violência doméstica e familiar e oferece atendimento interdisciplinar (psicológico, social, jurídico, de orientação e informação) à mulher em situação de violência. Este trabalho visa compreender as principais práticas discursivas que retroalimentam e legitimam a violência de gênero no seu aspecto simbólico, institucional, histórico e cultural apresentadas pelas mulheres participantes do “Grupo Reflexivo: As Marias”, como também apresentar perspectivas de cuidado de si com base em grupos reflexivos; e apresentar noções de cuidado de si por meio de atividades pedagógicas realizadas no grupo de mulheres “As Marias”. Foram realizados acompanhamentos como observadoras participantes durante os anos de 2017 e 2018. Vimos nesta pesquisa que os Grupos Reflexivos contribuem de sobremaneira para o trabalho de ressignificação da subjetividade das mulheres vítimas da violência, sendo portanto, uma ferramenta pedagógica imprescindível para a formação humana em sua integridade e que sobretudo, possibilitam a criação de novos modos de vida.

Palavras-chave: cuidado de si, mulheres, violência doméstica e familiar, subjetivação, novos modos de vida.

1. INTRODUÇÃO

A violência de gênero no Brasil é considerada como uma pandemia social, tendo enquanto marco normativo nacional a Lei Maria da Penha (Lei 11.240/2006) que incorporou o avanço legislativo internacional e se transformou no principal instrumento legal de enfrentamento à violência contra a mulher no Brasil. A Lei prevê, também, um conjunto de ações sociais, preventivas, protetivas e repressivas que devem ser assumidas pelas diversas instâncias do governo como, por exemplo: a implementação de redes de serviços interinstitucionais; o desenvolvimento de pesquisas e estatísticas; a criação de centros de atendimento multidisciplinar, delegacias especializadas e casas abrigo; a realização de campanhas educativas e a inclusão de conteúdos de equidade de gênero nos currículos escolares. Segundo a Lei Maria da Penha, Nº 11.340/2006, a violência como

qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial (FERNANDES, 2012). Dessa forma, a Lei Maria da Penha

cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher, da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher e de outros tratados internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; e estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar (FERNANDES, 2012, p. 198).

Em função ao cumprimento das diretrizes da Lei Maria da Penha no que diz respeito às medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar, segundo a Norma Técnica de Uniformização dos Centros de Referência/NTUCR (2006),

os Centros de Referência são estruturas essenciais do programa de prevenção e enfrentamento à violência contra a mulher, uma vez que visam promover a ruptura da situação de violência e a construção da cidadania por meio de ações globais e de atendimento interdisciplinar (psicológico, social, jurídico, de orientação e informação) à mulher em situação de violência. Devem exercer o papel de articuladores dos serviços organismos governamentais e não-governamentais que integram a rede de atendimento às mulheres em situação de vulnerabilidade social, em função da violência de gênero (NTUCR, 2006, p. 11).

Em Caruaru, existe o Centro de Referência da Mulher Maria Bonita (CRMMB) que é componente do Eixo de Enfrentamento da Secretaria de Políticas para Mulheres. Dentre as atividades do CRMMB, uma se chama Grupo Reflexivo “As Marias”, que é um trabalho de cunho educativo realizado com as usuárias em coletivo, que por meio da psicologia transpessoal visa problematizar a violência, e como a mulher está dentro das relações de poder, por meio da desconstrução de práticas discursivas que retroalimentam e legitimam a violência de gênero no seu aspecto simbólico, institucional, histórico e cultural, permitindo entender e problematizar os mecanismos das relações de poder, institucionais ou não, que colocam a mulher sempre em condição de subalterna, invisibilizada, e negligenciada.

Contudo, percebe-se que nos discursos apresentados pelas usuárias, na maioria das vezes, o discurso é completamente descrente não só da eficácia do serviço enquanto política pública, mas sobretudo, a mulher se apresenta no seu profundo sentimento de

desamparo e isso limita a possibilidade de se enxergar para além das vulnerabilidades sociopolíticas, ela só se reconhece na condição de vítima da violência.

Assim sendo, neste artigo, o objetivo geral é compreender as principais práticas discursivas que retroalimentam e legitimam a violência de gênero no seu aspecto simbólico, institucional, histórico e cultural apresentadas pelas mulheres do “Grupo Reflexivo: As Marias” ao longo de 2017 e 2018, Caruaru/PE, e especificamente: 1. Apresentar perspectivas de cuidado de si com base em grupos reflexivos; 2. Apresentar noções de cuidado de si por meio de atividades pedagógicas realizadas no grupo de mulheres “As Marias”.

A perspectiva do Cuidado de Si na re-significação da violência contra a mulher

A abordagem acadêmica sobre gênero privilegia uma visão dicotômica baseada na relação homem-mulher, agressor-vítima, opressor-oprimida, sujeito-assujeitada, entre outras relações binárias polarizadas. Nos estudos baseados na abordagem proposta por Marilena Chauí (1985), a violência contra a mulher é vista como decorrente da dominação masculina sobre o feminino. Na abordagem proposta por Heleieth Saffioti (1987), a violência contra a mulher é entendida como expressão da dominação patriarcal na qual a mulher é vítima de um processo de exploração capitalista do trabalho feminino. Os riscos inerentes a essa visão dicotômica é a de restringir a origem e o desenvolvimento dessa violência e, conseqüentemente, sua superação, ao campo das relações interpessoais, sem contextualizá-la a partir de variáveis e relações sociais mais amplas, sobretudo, das relações de poder estabelecidas.

Em estudos pautados numa perspectiva relacional, a violência é percebida como uma modalidade de comunicação entre parceiros. Uma representante desses estudos é Gregori (1993), que aponta para uma superação da polarização sem, contudo, romper com a dicotomia masculino-feminino. Houve uma mudança significativa nos estudos inspirados na teoria de gênero pós-estruturalista de Scott (1995), apontando para a superação da dicotomia de gênero. Em suas pesquisas, o autor toma a categoria gênero como base analítica das relações sociais e de poder, abrindo a possibilidade de pensar a multiplicidade de gêneros, alargando o embate inicialmente referenciado na relação homem-mulher.

Diante das correntes elencadas acima, ao compreender que a condição da mulher é quase sempre dada e fixada pelos inúmeros processos de revitimizações (institucionais

ou não), entendidos como recorrência das relações interpessoais abusivas. Isso permite a análise das práticas discursivas apresentadas nas vivências compartilhadas entre mulheres em situação de violência doméstica e familiar nos espaços de atendimento institucional.

Por meio da análise dos discursos, expôs-se a construção da identidade de si, pois todo discurso consiste em uma prática social constituída por representações, imagens e identidades elaboradas e compreendidas a partir de convenções e regras socialmente estabelecidas, compartilhadas e compactuadas. Neste sentido, a representação de si apropriada por mulheres vítimas de violência reveste-se de heterogeneidade enunciativa, uma vez que o discurso se realiza a partir de um diálogo entre os diversos sujeitos que utilizam ou manipulam seus enunciados.

Ao contrário do que estabelece o senso comum e algumas análises de discurso que tomam os textos ao pé da letra, não somos inteiramente responsáveis pelas representações que acreditamos fazer nos textos que produzimos, como também nem sequer somos os únicos responsáveis pelas representações que ali aparecem. (PINTO, 2002, p.30)

Durante as atividades dos Grupos Reflexivos (grupo de apoio), em dinâmicas da psicologia transpessoal, observou-se que os discursos das usuárias sobre suas identidades transitam entre as correntes apresentadas acima, baseadas na dicotomia homem-mulher, tanto através de narrativas pessoais quanto na escuta e interpretação da história de vida de outras mulheres. Portanto, nesses encontros, através dos momentos compartilhados entre as mulheres, em um primeiro momento emergiram discursos cristalizados sobre uma identidade pautada na construção de papéis rígidos, sobretudo nos papéis de agressor e vítima.

Em um segundo momento, a partir das desconstruções dos papéis propostas nas dinâmicas, surge uma narrativa baseada em uma identidade mais diversa e fluida. É o momento em que se inicia um processo de individualização, ou seja, cada usuária começa seu processo de reconhecimento de sua singularidade, sem romper com a identidade coletiva, amarrada pelos laços da representação do papel de vítima que cada uma assumiu para si mesma e para o grupo.

Ao longo dos encontros, à medida que o processo de individualização se consolidava, as usuárias experimentaram a construção de uma consciência crítica de si mesmas e, conseqüentemente, a re-significação de suas identidades. Foram utilizadas dinâmicas para favorecer mecanismos projetivos e de identificação entre as usuárias, de forma que a história narrativa de cada uma fosse capaz de espelhar a das demais,

valorizando os aspectos de resistência e resiliência presente em cada narrativa. Desta forma, as características valorizadas pelo coletivo e presente em cada subjetividade foram compartilhadas pelo grupo, fazendo surgir um empoderamento coletivo a partir de cada forma de resistência apresentada coletivamente.

Assim, a reconstrução de cada individualidade contribuiu para a organização de uma nova identidade do grupo, onde os aspectos comuns deixaram de se alicerçar na dor e passaram a se referenciar na retomada de sonhos e desejos, parindo uma nova identidade alicerçada em uma relação complexa entre a consciência de si e a representação que o outro tem de si (LAUNAY, RÉGNIER, RIBAS, 2011). A re-significação da identidade individual e coletiva, a partir do Grupo Reflexivo, enquanto grupo de apoio, teve como principal instrumento o cuidado. Aqui categorizado como um movimento permanente e contínuo de auto-preservação, através do auto-conhecimento, capaz de estender-se ao outro, sobretudo por meio de mecanismos projetivos e de identificação.

Neste sentido, Oliveira (2016) ressalta que o olhar para si leva a questionar não só a verdade imposta, mas também a descortinar como opera o poder nos símbolos e nas instituições, permitindo romper como pensamento dual e com a rígida visão polarizada que recai no binômio homem/mulher, masculino/feminino. Ocorre nesse movimento, sobretudo implicações no processo de problematização de violência de gênero, gerando portando um processo recíproco de conversão relacional, onde:

(...) a reciprocidade de uma ação ética baseada num cuidado de si e num cuidado do outro, em que o jogo da construção da liberdade só pode ser jogado como um jogo coletivo, de mútuas interações e relações, em que as ações de uns implicam em ações de outros. Um jogo em que uns se fazem livres aprendendo da liberdade dos outros; em que uns se fazem livres na medida em que ensinam a liberdade aos outros (GALLO, 2006, p. 188).

Há, portanto, a partir dessa perspectiva, uma arte da existência produtiva, pois segundo Pagni, ao interpelar o

destino que lhe fora dado no presente e colocá-lo à altura dos desafios contemporâneos, sobretudo como uma forma de resistência política à formalização do existente e à instrumentalização da cultura, presumindo a assunção de uma atitude ética diante da vida que, concomitantemente, pressupõe certa transformação de si (PAGNI, 2014, p. 154).

A forma de resistência - mesmo que precária, contingente e provisória - que emerge nesse movimento da prática do Cuidado de Si é entendida como manifestação do poder, que subverte a ordem dada, pois aquele não é uma mercadoria, uma posição, uma recompensa ou uma trama; é a operação de tecnologias políticas através do corpo social

(FOUCAULT, 1985). O autor afirma que poder não existe; existem práticas ou relações de poder que se efetuam e funcionam como uma máquina social. O poder não é um objeto, uma coisa, mas uma relação. Esse caráter relacional do poder implica que as próprias lutas contra seu exercício não podem ser travadas de fora, de outro lugar, do exterior, pois nada está isento de poder.

Temos que encontrar os meios (mesmo imperfeitos) de submeter, sem parar, as nossas categorias à crítica, nossas análises à autocrítica. Se utilizarmos a definição da desconstrução de Jacques Derrida, esta crítica significa analisar no seu contexto a maneira como opera qualquer oposição binária, revertendo e deslocando a sua construção hierárquica, em lugar de aceitá-la como real, como óbvia ou como estando na natureza das coisas (SCOTT, 1995, p. 18-19).

O Cuidado de Si situa-se como meio de submissão à autocrítica, à medida que permite rever o que está cristalizado no discurso construído em torno de si e do outro. Para Pinto (2002, p. 44), as relações de poder expressam-se na semiose social, esta compreendida como o conjunto dos significados aprendidos e compartilhados através de regras e convenções subjacentes aos discursos que dominamos. O autor atenta para o fato de que entramos nesse mundo de aparências, o mundo do *ideológico* e do *poder*, que é o mundo da linguagem, e no qual estamos condenados a “viver”, entretanto, as mudanças nas representações, relações e identidades sociais adquiridas através da linguagem só são possíveis através de situações de mudanças sociais.

Tais mudanças revelam-se na produção, circulação e consumo de novos sentidos vinculados às representações absorvidas pelas mulheres vítimas de violência, devendo permitir a reorganização do lugar enunciativo destas mulheres a partir do caráter relacional do poder sob a perspectiva de Foucault, ou seja, à medida que as vítimas reconstróem seus discursos constroem novas perspectivas de si e assumem novas posições nas relações de poder.

É sob a perspectiva do Cuidado de Si, enquanto possibilidade de novas relações de poder, em que o novo não está no que é dito, mas nos acontecimentos à sua volta (FOUCAULT, 1970). De forma, que os novos acontecimentos transformam o próprio discurso. Portanto, ao vivenciar diferentes práticas ideológicas baseadas em relações de poder menos hierárquicos (empoderamento feminino, sororidade, colaboração, escuta ativa...), as usuárias obtiveram as condições favoráveis para a autocrítica transformadora do próprio discurso, permitindo possibilidades de ser-no-mundo para além da relação homem-mulher.

Cuidado de Si: atividades pedagógicas do “Grupo Reflexivo: As Marias”

Declarar os direitos humanos das mulheres, em si, não soluciona a complexidade da violência de gênero, nem muito menos promove a emancipação da mulher. É preciso estimular, por meio do exercício da cidadania, um processo de intervenção de uma ação pedagógica na qual ocorra a participação direta da mulher com um protagonismo que a leve para um processo de autoria de si e possa não só problematizar, mas também desconstruir as práticas discursivas que retroalimentam e legitimam a violência de gênero.

Assim, identificando mesmo que parcialmente os mecanismos de articulação e disputa desses significados que permeiam o cenário da violência doméstica e familiar e, sobretudo, como ela se percebe implicada nesse processo, avançando assim em uma prática de desconstrução de muros invisíveis (GEORGE, RÉGNIE, LIMA, 2011). Para tanto, é preciso entender que a violência de gênero está presente em todos os setores da sociedade independentemente de classe social, raça, grupo étnico, cultura, escolaridade, idade ou religião (BASTERD, 2004; LIMA, 2014; SANTOS; IZUMINO, 2005).

Diante desta realidade, o Centro de Referência da Mulher Maria Bonita priorizou ações pedagógicas, a partir do grupo reflexivo de apoio “As Marias”, cujo objetivo é favorecer a re-significação do papel assumido pela mulher vítima de violência dentro das relações de poder em que está inserida, através da desconstrução de práticas discursivas que retroalimentam e legitimam a violência de gênero no seu aspecto simbólico, institucional, histórico e cultural, permitindo entender e problematizar os mecanismos das relações de poder, institucionais ou não, que colocam a mulher sempre em condição de subalterna, invisibilizada, e negligenciada.

Para iniciar o processo de desconstrução de tais práticas discursivas, o Cuidado de Si foi empregado como instrumento descortinador das ideologias que compõem a heterogeneidade dos discursos violadores, revitimizadores e culpabilizantes. Tais reflexões se desenvolveram a partir da dialética pedagógica enquanto campo ético onde o sujeito se compõe e recompõe na relação com outros sujeitos. “Não podemos nos assumir como sujeitos da procura, da decisão, da ruptura, da opção, como sujeitos históricos, transformadores, a não ser assumindo-nos como sujeitos éticos” (FREIRE, 2010, p. 17). Proporcionando dessa forma uma unicidade de um grupo com interesses e necessidades em comum.

A construção pedagógica dentro do campo ético de respeito às relações interpessoais permitiu descortinar, a partir de múltiplos enunciados, a articulação e

disputa de seus significados, dando início ao processo de seleção e pertencimento das implicações narrativas na organização simbólica e imagética das usuárias de si mesmas, das demais companheiras, do agressor, da origem e natureza histórica e cultural da própria violação. Por fim, percebeu-se que a intervenção enquanto sujeito ativo da fala discursiva foi o contributo para a compreensão das usuárias quanto ao seu processo de aprendizagem.

2. METODOLOGIA

A pesquisa qualitativa é de caráter relacional, pois, segundo Esteban (2010), a mesma envolve encontros face a face, participação, cooperação, interação. Sob essa perspectiva relacional, Chizzotti (1998) apresenta como pressuposto da pesquisa qualitativa a existência de “uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito” (p. 79). Nesse sentido, as práticas qualitativas proporcionaram, segundo Melucci (2005) uma redefinição do campo da pesquisa social e contribuíram para superação dos dualismos sujeito/objeto, realidade/interpretação, fatos/interpretação, heranças da modernidade.

Alcançando assim a perspectiva de que há centralidade na linguagem e de que a ideia está sempre relacionada a culturas, tempos e contextos específicos que garantem alguma estabilidade e regularidade na oscilação e dispersão dos sentidos sociais, dos quais participa a própria investigação científica. Com base nesse caráter relacional, foram realizados acompanhamentos como observadores participantes, por se mostrar uma pesquisa bastante comprometida com a minimização da relação entre dirigentes e dirigidos e por essa razão tem-se voltado sobretudo para a investigação junto a grupos desfavorecidos (GIL, 2002).

A pesquisa foi realizada durante os anos de 2017 e 2018, acompanhando de forma sistemática e permanente as vivências das mulheres que participaram dos encontros dos Grupos Reflexivos. Para entender sobre as contribuições éticas e políticas em torno do Cuidado de Si na formação humana das mulheres em situação de violência doméstica e familiar foi necessário interagir com as usuárias em todas as situações, acompanhando, conforme Severino (2007) as manifestações dos sujeitos e as situações vividas. Foram atendidas aproximadamente 15 mulheres, em encontros mensais, tendo como prática

pedagógica tanto a prática do Cuidado de Si, como também a psicologia transpessoal, com a disponibilidade de escutar, de falar, de sentir, se posicionar e responsabilizar-se, oportunizando possibilidades de transformação.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Apresentar resultados sobre essa pesquisa, é necessário entender que é será parcial e contingente, pois estamos diante de uma pesquisa que envolve subjetividades, onde houve dois momentos. Primeiramente as mulheres se apresentaram em um estado de fixação de identidade estabelecida pela violência e durante os encontros do Grupo Reflexivo, elas puderam se permitir abertas à mudança, ser autora de seu protagonismo, por meio do cuidado de si.

Dessa forma, o primeiro momento, aconteceu pelo fato de que diante da violência doméstica e familiar, o primeiro passo, segundo a orientação das técnicas do Centro de Referência da Mulher, é a denúncia na Delegacia Especial de Atendimento à Mulher/DEAM (quando existe no município), nesta é registrado o boletim de ocorrência e dependendo da tipificação penal é solicitado a realização dos exames traumatológico (nos casos de violência física) e/ou o sexológico (nos casos de violência sexual) no Instituto de Medicina Legal/IML, se for o caso de ameaça de morte é realizado o Serviço de Abrigamento previsto pela Lei de Nº 13.977/2009 (em Pernambuco temos 4 Casas Abrigo), na sequência, o caso segue para a Vara de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça de Pernambuco/TJPE.

E, finalmente, quando a vítima vem a ser acolhida pelo CRMMB, podendo ou não já ter passado por todas essas instâncias, a mulher na maioria das vezes, já chega completamente desacreditada não só da eficácia do serviço enquanto política pública, mas sobretudo, a mulher se apresenta no seu profundo sentimento de desamparo e isso limita a possibilidade de se enxergar para além das vulnerabilidades sociopolíticas, ela só se reconhece na condição de vítima da violência.

A mulher depois de ter passado pelo procedimento institucional, chega completamente assujeitada e imersa às técnicas de normalização Estatal (FOUCAULT, 2013). Diante dos discursos apresentados pelas usuárias, percebe-se que as técnicas de normalização existem com o escopo de controlar, silenciar, regular, domesticar, disciplinar e medir a vida. Assim, se materializam num engendramento complexo de violência estrutural e simbólica, onde as políticas públicas, os procedimentos jurídicos,

morais e, entre outros, enquanto ferramentas de normalização, acabam sendo as detentoras do discurso da verdade e, portanto, validam não só as verdades, mas também os preceitos e receitas (FOUCAULT, 1970) correspondentes a própria identidade da mulher em situação de violência.

No segundo momento, por sua vez, a mulher já fora acolhida pelo serviço do Centro de Referência da Mulher Maria Bonita e participante do Grupo Reflexivo, ela se percebe em fronteira em que ela terá que condições de negociar essa transição das novas identidades e singularizações que emergem através das escutas das narrativas, as mulheres se reconhecem autoras de suas vidas, pela tomada da consciência de si e da outra. Esse movimento de dobrar-se, permite segundo Ferreira (2011), perceber os limites e, ao mesmo tempo, superar as visões dualistas, abrindo assim, as infinitas possibilidades de novas aprendizagens, levando sobretudo, a expansão dos potenciais de maneira a cada vez mais usar sua capacidade de autonomia, discernimento e responsabilidade consigo e com o outro a uma compreensão de mais integral de ser no mundo.

Observamos que nos processos de subjetivação que as usuárias passam, todos os elementos da constituição humana participam, há uma interrelação entre o campo psicológico, o corporal e o discursivo, em que se somam no movimento de avanços, recuos, consentimentos, revoltas e alianças. Dessa forma, os processos de articulações dos elementos do discurso, segundo Sales (2014), operam num campo cruzado por projetos articulatórios antagonistas, práticas hegemônicas nas quais se dá a articulação/desarticulação das práticas e papéis sociais, conforme a constituição das diversas identidades sociais, que estão sujeitas àquelas práticas articulatórias, não sendo intrínseca ou integralmente adquiridas, mas definitivamente constituídas.

Ao longo das atividades do grupo, o que mais chamou atenção foi observar que esses movimentos de problematização, implicação e reflexão, não são lineares, nem muito menos prazerosos, são, portanto, espaços de reconstrução, quase sempre permeadas pelos traumas e dores que estão impregnadas nas vidas das mulheres.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vimos nesta pesquisa que o Grupo Reflexivo, enquanto espaço narrativo-expressivo, contribui de uma forma ética e política para o trabalho de ressignificação da subjetividade das mulheres acolhidas pelo Centro de Referência da Mulher Maria Bonita,

uma vez que ao problematizar os modos de constituição das identidades, sobre o modo de ser, aponta não só para a possibilidade de ser diferente, mas também ser autora desse processo de enfrentamento da violência. É assim que a prática do cuidado de si, enquanto prática ética-filosófica e pedagógica contempla a formação humana em sua integridade – com base nos conceitos de liberdade, autonomia, diferença, singularidade e pluralidade, possibilitando assim, a criação de novos modos de vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARSTED, L. L. **Uma vida sem violência: o desafio das mulheres**. Observatório da Cidadania. Recife, p.53-60, 2004.

BRASÍLIA, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres Presidência da República. **Norma Técnica de Uniformização dos Centros de Referência**, 2006.

CHAUI, M. Participando do debate sobre mulher e violência. In: FRANCHETTO, B.; CAVALCANTI, M. L.; HEILBORN, M. L. (Org.). **Perspectivas antropológicas da mulher 4**. São Paulo: Zahar, 1985.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisas em Ciências Humanas e Sociais**. São Paulo: Cortez, 1998. ESTEBAN, M. P. S. **Pesquisa Qualitativa em Educação: fundamentos e tradições**. Porto Alegre: AMGH, 1998.

ESTEBAN, M. P. S. **Pesquisa Qualitativa em Educação: fundamentos e tradições**. Porto Alegre: AMGH, 2010.

FERNANDES, M. P. M. **Sobrevivi... Posso contar**. 2ªed. Fortaleza: Armazém Cultura, 2012.

FERREIRA, A. L. Processos interativos no âmbito da Psicologia Transpessoal: a experiência dos Formadores Holísticos na comunidade do Coque. In: FERREIRA, A. L.; ACIOLY-REGNIER, N. (Orgs.). **Psicologia e processos interativos nos espaços de periferia: a formação humana em questão**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, (Coleção Leitura), 2010.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. Paris, Loyola, 1970.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade III: o cuidado de si**. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

FOUCAULT, M. **Os Anormais: Curso no Collège de France (1974 – 1975)**. São Paulo: Editora WMF, Martins Fontes, 2013.

GALLO, S. **Cuidar de si e cuidar do outro**. In W. O. Kohan, & J. Gondra. Foucault 80 anos (pp.177-190). Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

GEORGE, J. T.; RÉGNIE, N. M. A.; LIMA, A. F. Construindo pontes entre diferentes paradigmas da Psicologia: o transpessoal na experiência do intercâmbio Brasil/França. In: FERREIRA, A. L.; ACIOLY-REGNIER, N. (Orgs.). **Psicologia e processos interativos nos espaços de periferia: a formação humana em questão**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2011.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

GREGORI, M. F. **Cenas e Queixas: Um Estudo sobre Mulheres, Relações Violentas e a Prática Feminista**. São Paulo: ANPOCS, Paz e Terra, 1993.

GREGORI, M. F. As desventuras do vitimismo. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 1º semestre, p.143-140, 1993.

LAUNAY, M.; RÉGNIER, N. M. A.; RIBAS, M. C. C. Muros da liberdade: a construção identitária em espaços discriminatórios. In: FERREIRA, A. L.; ACIOLY-REGNIER, N. (Orgs.). **Psicologia e processos interativos nos espaços de periferia: a formação humana em questão**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2011.

LIMA, J. O. **Violência doméstica: influência no desenvolvimento biopsicossocial e no processo de aprendizagem de quem sofre**. Interletras, v. 3, ed. n. 18, out. 2013/mar. p. 1- 8, 2014.

MELUCCI, A. **Por uma sociologia reflexiva: pesquisa qualitativa e cultura**. Petrópolis: Vozes, 2005.

OLIVEIRA, K. L. **“Marias também têm força”**: a emergência do discurso de enfrentamento à violência contra a mulher na rede pública de ensino de Caruaru. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Educação Contemporânea, 2016.

PAGNI, Pedro Angelo. **Experiência estética, formação humana e arte de viver. Desafios filosóficos à educação escolar**. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

PINTO, Milton José. **Comunicação e Discurso**. 2ª ed. São Paulo: Hacker Editores, 2002.

SAFFIOTI, H. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SALES, R. Laclau e Foucault: desconstrução e genealogia. In: MENDONÇA, D.; RODRIGUES, L. P. (Orgs.). **Pós-Estruturalismo e Teoria do Discurso: em torno de Ernesto Laclau**. Porto Alegre, 2014.

SANTOS, C. M.; IZUMINO, W. P. Violência contra as mulheres e violência de gênero: notas sobre estudos feministas no Brasil. **Estudios Interdisciplinarios de America Latina y El Caribe**. V. 16, 1, janeiro-junho de 2005.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. **Revista Educação & Realidade**. Porto Alegre, 2, p. 71-100, 1995.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23^a ed. São Paulo: Cortez, 2007.